

**RE no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.207.659 - RJ
(2017/0285127-1)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : ARIETTE DO ESPIRITO SANTO MACHADO
RECORRENTE : SEBASTIÃO DA LUZ SILVA
RECORRENTE : BENEDITO CARVALHO DE SOUZA
RECORRENTE : RUY FERREIRA DOS REIS
RECORRENTE : DEA SOARES DIAS
RECORRENTE : JOSÉ ROQUE MARINO JUNIOR
RECORRENTE : HAROLDO MOREIRA
RECORRENTE : SEBASTIAO SALLES ALMEIDA
RECORRENTE : LICINIO ALVES PIMENTA
RECORRENTE : APARECIDA SILVA ARANTES
RECORRENTE : JOAO MACHADO BAESSO
RECORRENTE : MARCOS CARDOSO NARDELLI
RECORRENTE : CANUTO DOS REIS CARNEIRO
RECORRENTE : SIDINEA ALVES FURTADO
RECORRENTE : SEBASTIÃO MODESTO - ESPÓLIO
RECORRENTE : LUIZ GOMES DA SILVA
RECORRENTE : ANTÔNIO BELIZÁRIO
RECORRENTE : ALBERTO CARLOS DE SOUZA
RECORRENTE : EUCLIDES RIBAS DOS SANTOS
RECORRENTE : NAIR ROSA MONTEIRO
RECORRENTE : ARY SALES DE LIMA
RECORRENTE : LUD CARVALHO DE CASTRO
RECORRENTE : JOSÉ AUGUSTO BARBOSA REIS
ADVOGADOS : TERESA CRISTINA CARNEIRO DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - RJ061792
MARGARETH DE LENA COSTA - RJ106610
ADVOGADA : CAROLINA C DA SILVA G DOS SANTOS H DE MENEZES - RJ122766
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS RECURSAIS (PREPARO). INTIMAÇÃO PARA A REGULARIZAÇÃO. INÉRCIA DOS RECORRENTES. DESERÇÃO. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por ARIETTE DO ESPÍRITO SANTO MACHADO e OUTROS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Egrégia Segunda Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 354/355):

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE

INSTRUMENTO. RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SEM PODERES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. NÃO COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS E PREPARO. DESERÇÃO. PRECLUSÃO.

I - Verifica-se que o recurso especial não foi instruído com a guia de custas e o respectivo comprovante de pagamento. Assim, incide na espécie o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

II - Percebeu-se, nessa Corte, a irregularidade no recolhimento do preparo, razão pela qual houve a intimação da parte Recorrente para que o referido vício fosse sanado. Apesar disso, mesmo tendo sido regularmente intimada para efetuar o saneamento, a parte não regularizou.

III - Não se desconhece a petição de fls. 266/284, trazida aos autos em razão do despacho oportunizando a regularização do feito. No entanto, ela não pode ser conhecida para os fins a que se destina, uma vez que, protocolizada fora do prazo assinalado, precluiu a possibilidade de regularização do, sendo inalterável a decisão no sentido da deserção do recurso.

IV - Agravo interno improvido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 367/410) sustentam os recorrentes que não lhes foi exigido o pagamento das custas nas instâncias ordinárias e, pois, estaria o benefício da justiça gratuita deferido tacitamente.

Afirmam que há violação ao art. 5º, II, XXXV, LV e LXXIV da Constituição Federal.

Não foram apresentadas as contrarrazões (fl. 544).

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta admissão.

Com efeito, observa-se que a insurgência foi interposta sem o devido pagamento das custas recursais, consoante certificado à fl. 536.

E, embora devidamente intimados para suprir a falta, os recorrentes quedaram-se inertes (fl. 552).

Assim, o recurso não pode ser admitido, porquanto deserto, nos termos do artigo 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. RECOLHIMENTO EM DOBRO. INTIMAÇÃO. ARTIGO 1.007, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não comprovado o recolhimento das custas devidas no momento da interposição do recurso especial, a parte recorrente, após intimação, deve promover o recolhimento em dobro, conforme disciplina o § 4º do artigo 1.007 do Código de Processo Civil de 2015.

3. Na hipótese, a parte recorrente efetuou o recolhimento simples dos valores devidos, o que acarreta a declaração de deserção do recurso.

4. Agravo interno não provido".

(AgInt no AREsp 1288338/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2018, DJe 16/11/2018)

"PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ARTIGO 1.007, § 4º, DO CPC/2015. **INTIMAÇÃO PARA NOVO RECOLHIMENTO DO PREPARO. NÃO OBSERVÂNCIA DA COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO EM DOBRO. DESERÇÃO.** AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO".

(AgInt no AREsp 1263751/MA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 29/10/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente